

# O património arquitectónico luso-marroquino

## Uma cultura partilhada

### INTRODUÇÃO

Dada a conjuntura socioeconómica do séc. XV, Portugal e os Estados renascentistas da Europa sofreram o estímulo da fuga além-fronteiras, de modo a respirar melhor, sob outros céus. Mais que “descobertas geográficas”, tratou-se de um movimento de “prospecções geográficas e económicas”.

Depois dos primeiros conflitos, devidos à questão das Canárias e da Madeira, entre ingleses, franceses, castelhanos, italianos e portugueses, Portugal conquistou Sebta (Ceuta), em Marrocos, no ano de 1415, atingindo o Cabo Bojador em 1434. Entre este ano e 1507, Portugal investigaria ambas as costas africanas (ocidental e oriental), conquistando regiões e estabelecendo entrepostos comerciais (Cabo Verde, Guiné, Gâmbia, o banco de Arguim, os Camarões, S. Jorge da Mina (Gana), o Congo, Angola, o Cabo das Tormentas (futuro Cabo da Boa Esperança), Mombaça, Sofala e Moçambique).

Em 1498, Vasco da Gama chega às Índias, a Calicute, de onde serão tomadas, sob alçada directa ou indirecta do Reino de Portugal, o Golfo de Ormuz, Goa, Malaca, Macau, Sumatra e outros entrepostos, em toda a Ásia. Do outro lado do globo, a conquista do Brasil e a criação de um Estado constituem um dos fulcros da história do Império português.

Portugal combatia em duas frentes: além de batalhar contra tribos e poderes locais, procurava contrariar a acção de Castela. Nesse contexto, surgem várias circunstâncias em que o recurso à mediação da Santa Sé é colocado em prática, no sentido de arbitrar a validade das conquistas (efectuadas ou prospectivas) de cada uma das partes envolvidas. No que diz respeito ao continente africano, ambos os países assinaram vários tratados, entre os quais podemos citar o tratado de Toledo (1480), o tratado de Tordesilhas (1494) e o tratado de Sintra (1509).

### Ocupação portuguesa em Marrocos

Naquela era, concorriam dois fenómenos: a decadência do mundo muçulmano e uma Europa renascentista. As ciências dominam a esterilidade, a artilharia abate a catapulta, o fuzil e a caravela esmagam a caravana. Sijilmassa, Tumbuctu, Agadez, senhoras do comércio trans-sahariano, desvanecem-se, sob a penúria e a miséria. Marrocos tornava-se conquistável, malgrado a resistência.

Portugal enceta a primeira surtida expansionista digna desse nome a 21 de Agosto de 1415, com a ocupação de Sebta, “depois de uma luta sangrenta”<sup>1</sup>. Ceuta constituía a última e longínqua base de apoio ao reino de Granada, numa Andaluzia em degradação, face à Reconquista e a uma Castela em ascensão. Ceuta era – com Qsar Seghir – as narinas pelas quais respirava Marrocos coevo, fragilizado pelas guerras intestinas da frágil dinastia Merínida.

---

<sup>1</sup> D. LOPES - Les Portugais au Maroc, in Revue d'Histoire Moderne, T.XIV, n.º 39, Août-Septembre 1939, p. 339.

No ano de 1434, Portugal investiga e dobra o Boujdour (Cabo Bojador). No Sahara marroquino, a 23 de Outubro de 1458, toma Qsar Seghir (Alcácer Ceguer). Em Agosto de 1471, Afonso V entra, triunfalmente, em Asilah (Arzila) e Tânger. Perto de Larache, conquista impossível, enceta-se a construção de uma fortaleza, de nome Graciosa, mas My Cheikh “caça” os homens de D. João II.

Em contraponto à ideia de uma tempestade inesperada, o contingente liderado por Jorge de Mello desembarca, voluntariamente, em 1502, no porto de Al-Brija, maravilhado com a facilidade da ancoragem em Mazaghan ou Mazighan (Mazagão em português, Mazagan em francês). Constrói-se, aí, uma cidadela, obra-prima dos arquitectos Arruda, Francisco e Diogo. Depois da libertação, em 1541-1542, de Santa Cruz, Safi e Azamor, a cidadela é transformada em fortaleza imponente, de acordo com o plano do italiano Benedetto di Ravenna, no tempo do ilustre Governador Luís de Loureiro.

Entre 1505 e 1513, D. Manuel I cerca Marrocos por todos os lados. O entreposto português de Massa, datado de 1497, torna-se, em 1505, Santa Cruz do Cabo de Guir (Agadir), fortaleza de João Lopes de Sequeira, “comprada”, em 1513, por D. Manuel I, que podia, oficialmente, reclamar as praças-fortes conquistadas ou a conquistar, no território de Marrocos, depois do tratado de Sintra. Diogo de Azambuja ergue o Castelo Real de Mogador (1506); nas suas ruínas, Sidi Mohamed ben Abdallah (1757-1790) edificará, dois séculos mais tarde, a actual Essaouira.

Pouco depois, em 1507 e 1508, Agouz e Safi (Safim/Çafim) são tomadas. Os portugueses haviam construído, em Mazagão, uma cidadela única, no ultramar luso; além disso, dotaram Safim de um Castelo do Mar e de uma Catedral, estruturas ímpares.

A 3 de Setembro de 1513, D. Jaime, Duque de Bragança, toma de assalto Azamor. A suserania portuguesa precedia, casualmente, a ocupação, e essa fora a singularidade de Azamor (1486), Safim (1488) e Massa (1497).

### **Uma evacuação nostálgica**

A uma ocupação, segue-se a inevitável evacuação. As últimas vilas ocupadas serão as primeiras libertadas, devido à conjugação de escaramuças tribais com o poder Saadiano e Alauita. Mogador é libertada antes de 1516. Agouz é abandonada em 1523 ; em 1541, os súbditos de D. João III são constrangidos a abandonar Agadir, Safim e Azamor, seguindo Qsar Seghir, em 1549-1550. Os portugueses saem de Arzila no mesmo biénio, reconquistando-a e perdendo-a, consecutivamente, até 1589, aquando da derrota final, na batalha de Oued Al-Makhazine (Batalha dos Três Reis), a 4 de Agosto de 1578. Mazagão foi libertada a 11 de Março de 1769, graças ao ilustre sultão alauita Sidi Mohamed ben Abdallah, aquele que foi o primeiro soberano a reconhecer a independência dos Estados Unidos da América, sem qualquer proveito próprio. Os habitantes de Mazagão iriam fundar, no Brasil, Mazagão Nova, em memória da sua pérola marroquina.

Ceuta e Tânger constituem uma particularidade. Em 1661. Tânger foi doada, em dote, à coroa britânica, por ocasião de matrimónio, e seria libertada, perto de 1684, por Moulay Ismail (aquele que cultivava uma amizade turbulenta com Luís XIV, diz-nos Younés Nekrouf). Ceuta foi guardada por Castela (Espanha) Ora, após a derrota na Batalha dos Três Reis e a “desaparição” do celeberrimo rei D. Sebastião, a coroa espanhola passa a deter soberania sobre Portugal. Em 1640, Castela devolve, a Lisboa, todo o Império, à excepção de Ceuta.

Portugal não pôde digerir este golpe fraterno. Marrocos, pela sua parte, multiplicou os cercos contra o ocupante, mas tratou-se sempre de uma tarefa inglória, incluindo o cerco mais duro à Ceuta ibérica, sob o comando de Moulay Ismail.

### **Características e transformações das praças-fortes luso-marroquinas**

As praças luso-marroquinas podem ser divididas em dois blocos :

- Medinas marroquinas, já existentes, conquistadas pelos portugueses (Sebta, Qsar Seghir, Tânger, Arzila, Azamor, Safim). Os conquistadores adaptavam o traçado urbano às suas necessidades, transformando aquilo que já existia, ou implantando novos elementos arquitectónicos;

- Fortalezas erguidas *ex nihilo* (Santa Cruz de Cabo Guir, Agouz, Mazagão, Castelo do Mar de Safim; a Graciosa não chegou a ser construída).

Paralelamente, em Mogador, Agouz e Mazagão, os portugueses encontraram estruturas que não davam, às localidades, a qualificação de "cidade".

Estas fortalezas e castelos subdividem-se em, pelo menos, quatro categorias arquitectónicas. Os seus planos e esquemas, *borjs* e bastiões, muralhas e parapeitos, são, essencialmente, elementos que conferem, a um grupo de cidades, características particulares, que as distinguem de outra praça-forte ou de um grupo de praças.

Portanto, as praças portuguesas formam, na verdade, o mapa do património luso-marroquino<sup>2</sup>, cujo estado de conservação é assaz satisfatório, quando comparado com o restante património milenar marroquino. De facto, alguns monumentos e elementos necessitam de uma atenção particular, mas Marrocos – em iniciativas particulares ou em parceria com organismos portugueses – fez bastante pela preservação deste conjunto patrimonial.

Poderíamos enumerar as operações efectuadas, nos últimos quinze anos, em Asilah, Tânger, Azamor, Safim, Qsar Seghir e, sobretudo, em Mazagão<sup>3</sup>. Estas operações foram, essencialmente, financiadas pelo ministério da Cultura, pelo ministério do Habitat ou do Turismo, ou, até, pelas colectividades e autoridades locais<sup>4</sup>, além de conjuntos ocasionais de parceiros.

Se me é permitido o regozijo por uma bem sucedida parceria local, citarei o exemplo de Mazagão e Azamor. Aquando da visita de Hassan II (11-7-1994), havíamos lançado o restauro do amuralhamento de Azamor e Mazagão. Tive a insigne honra de dirigir esses trabalhos, tal como os esforços desenvolvidos em Azamor, no ano de 1998, e Mazagão, de 1995 a 2000 (*antes de me mudar para Rissani*). Em Mazagão, os trabalhos continuaram até 2004, incluindo a reabilitação, que ultrapassa a intervenção de restauro. O sucesso destes projectos foi alvo da (quase) total unanimidade dos especialistas, das autoridades e de visitantes nacionais e estrangeiros<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Para preservar este património comum, o governo de Marrocos criou, em 1994, o Centro de Estudos e Investigação sobre o Património Luso-Marroquino (CPLM), sob alçada directa do Ministério da Cultura e trabalhando em estreita colaboração com parceiros portugueses, no que diz respeito ao património de origem portuguesa, no território marroquino, e ao património de origem islâmica, em Portugal.

<sup>3</sup> Reconhecendo o esforço, a UNESCO inscreveu Mazagão Al-Jadida na lista do património universal, em Junho de 2004.

<sup>4</sup> Arrancará, em breve, a recuperação da Catedral de Safim e do centro urbano da Médina, numa operação de financiamento cruzado (Fundação Gulbenkian, Ministério da Cultura de Marrocos, a Comuna Urbana, o Conselho Regional e outros parceiros, incluindo a Embaixada Portuguesa).

<sup>5</sup> As intervenções de restauro de Azamor e Mazagão (Al-Jadida) serão objecto de uma comunicação que apresentarei no colóquio que a Direcção do Património Cultural e o nosso Centro (CPLM) organizarão, em colaboração com o GECORPA (Portugal) e o Instituto de Estudos Hispânicos e Lusitanos (Rabat), a ter lugar na cidade de Rabat, em 2008.

## CONCLUSÃO

Devemos repetir que o património comum entre Portugal e Marrocos tem um grande impacto na consciência colectiva dos marroquinos e dos portugueses; corporiza a tenacidade de ambos os povos. Duas grandes nações que se encontraram, após 711, quando Tariq ibn Ziyad atravessou o Estreito. De 1415 a 1769, os recontros entre ambos os povos tornaram recíproca a admiração da grandeza e do património partilhado, malgrado as peripécias históricas. Estes recontros seculares constituíram um fenómeno intercultural exemplar. Portugueses e marroquinos vivem, ainda, esta interculturalidade, num clima de profunda amizade.

Por fim, o património luso-marroquino não é feito, somente, de fortalezas e igrejas. É, também, feito de tradições e costumes, de traços em ambas as línguas, artes culinárias e marítimas, de relações consanguíneas e genéticas, de um rico património de origem islâmica/marroquina em Portugal. Todo esse legado material e imaterial merece, de todos nós, uma atenção cada vez maior, no sentido da sua redinamização, com o intuito de colocá-lo na frente da locomotiva do desenvolvimento de dois países irmãos.

### **Bibliografia geral e selectiva**

AZURARA, Gomes Eanes de - Crónica da tomada de Ceuta, Pub. par F.M. Esteves Pereira, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915.

BENSAUDE, Joaquim - Origem do plano das Indias, Tiré à part de Boletim da Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1931.

ELOUFRANI, Mohamed Seghir - Nouzhat Al Hádi, Histoire de la dynastie saadienne au Maroc (1511-1670), trd. par O. Houdas, Paris, Leroux, 1889.

GÓIS, Damião de - Crónica do Principe D. João, annotée et commentée par Garcia Almeida Rodrigues, Universidade Nov., Lisboa, (1978 ?).

LOPES, David - Crónica do felicissimo Rei D. Manuel (de: Damião de GÓIS), 4 Tomes, Coimbra, 1949, 1953, 1954, 1955.

LOPES, David - Les Portugais au Maroc, in Revue d'Histoire Moderne, T.XIV, n°39, Août-Septembre 1939, p. 337-368.

LOPES, David - A expansão (portuguesa) em Marrocos, in Historia da expansão portuguesa no mundo, Lisboa, 1938, T.I, p. 131-210.

PERIALE, Marise - Maroc lusitanien (1415-1769), éd. Revue des Indépendants, Paris, 1938, p. 113.

RICARD, Robert - Etudes sur l'Histoire des Portugais au Maroc, 1955.

Sources Inédites de l'Histoire du Maroc (plusieurs séries).

VALERO, Denis - Petite histoire des ruines portugaises au Maroc, Casablanca, 1952.



*Mazagão. Bastião do Anjo e amuralhamentos nascidos no Oceano*



*Qsar Seghir (Qsar Al-Majaz). Vestígios portugueses*



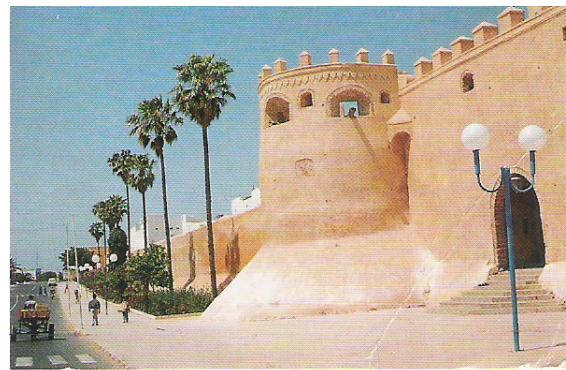
*Arzila. Amuralhamento islâmica readaptada pelos portugueses*



*Azamor. Em 2.º plano, porta marroquina tornada bastião*



*Tânger. Muralha portuguesa*



*Azamor. Restauro dirigido por A. CHEBRI (1994)*

**Aboukacem Chebri,  
Arqueólogo-restaurador,  
Director do Centro para o Património Luso-Marroquino, Al Jadida (Marrocos)**